A Toga legiferante do Supremo Tribunal Federal

Felippe Souza dos Santos¹

Sumário: Introdução. 1. A toga e sua simbologia. 2. O guardião da Constituição. 3. Ativismo Judicial. Conclusão. Referencias Bibliográficas.

RESUMO: O presente artigo busca analisar um dos fenômenos mais debatidos na atualidade jurídica mundial, dando ênfase ao cenário político e jurídico brasileiro, que é o ativismo judicial. Foram adotados pressupostos da abordagem quantitativa, por meio de pesquisas bibliográficas para abordar, as varias facetas deste fenômeno jurídico e diferenciando-o da judicialização e discutindo o papel do Judiciário brasileiro, principalmente do Supremo Tribunal Federal e seu protagonismo e os possíveis ricos a democracia. Verificou-se que até o presente momento o ativismo judicial, apesar de ser empregado de forma negativa tem sido positivo para o Brasil, sanando vários problemas atinentes à garantia de direitos, mas a postura ativista e contramajoritária devem ser usadas de forma excepcional, pois o seu uso habitual traz riscos de legitimidade e representatividade legislativa, que afetam a base de uma democracia.

Palavras Chaves: Ativismo Judicial. STF. Toga.

ABSTRACT: The present article searches to more analyze one of the debated phenomena in world-wide the legal present time, giving to emphasis to the scene politician and legal Brazilian, who is the Judicial Activism. They had been adopted estimated of the quantitative boarding, by means of bibliographical research to approach, you vary them facetas of this legal phenomenon and differentiating it of the judicialização and arguing the paper of the Judiciary Brazilian, mainly of the Supreme possible Federal Court and its protagonism and rich the democracy. Its habitual use was verified that until the present moment the judicial ativismo, although to be used of negative form has been positive for Brazil, curing some atinentes problems to the guarantee of rights, but contramajoritária the activist position and must be used of bonanza form, therefore brings risks of legitimacy and legislative representation, that affect the base of a democracy.

Words Keys: Judicial Activism. STF. Gown.

¹ Estudante de Direito da graduação da Instituição de Ensino Superior de Brasília- IESB.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a atuação do Supremo Tribunal Federal vem sendo questionada o colocando no centro do debate político brasileiro devido suas decisões e sua atitude proativa em detrimento a toga que lhe foi investido de guardião maior da Constituição Federal. Este questionamento sobre a delimitação da jurisdição constitucional é fomentado de forma fervorosa nas varias democracias do mundo.

O ativismo judicial fenômeno empregado de forma negativa, principalmente atrelada às cortes constitucionais, devido ao formato das Constituições que buscam garantir o maior numero de direitos aos cidadãos de forma implícita ou explícita. Esta postura mais intensa do Poder judiciário acaba por gera uma interferência nos outros Poderes, principalmente no Legislativo, podendo acarretar serias crises de representatividade e aumentando a judicialização devido à fragilidade representativa, também gerando problemas quanto à legitimidade, visto que os membros do judiciário não são eleitos de forma direta pelo povo.

Tais problemas podem desestruturar toda uma democracia. Mas será que o STF extrapolou sua competência? Ou esta assumindo seu papel de guardião das leis brasileiras? E quais os riscos a democracia brasileira? São questionamentos que devem ser analisados de forma minuciosa, buscando entender cada ponto deste fenômeno que o Brasil vivencia. Este será o objetivo deste artigo, usando métodos qualitativos, utilizando livros e artigos científicos.

Iniciarei primeiro a analisar o significado da toga e sua simbologia, para melhor compreensão do tema apresentado, conseqüentemente tratarei sobre o papel e legitimidade do guardião da constituição e por ultimo tratarei sobre o ativismo judicial e seus questionamentos que esta tomando espaço nos debates jurídicos e políticos em varias partes no mundo e no Brasil.

1. A TOGA E SUA SIMBOLOGIA

A toga vestimenta que varia de significado a depender do âmbito que a utiliza, mas sempre ligado ao poder desde sua origem. Apesar das mudanças culturais essa indumentária sobreviveu às transformações mantendo sua simbologia de poder, elegância e sobriedade.

O uso da toga vem desde os primórdios da civilização, na Roma Antiga a toga foi uma das principais vestimentas, no início era um manto de lã, que passou a ser de linho comprido e de cor branca, utilizada para aparições em público somente em tempos de paz ou diante dos tribunais e relacionava-se a memória dos ancestrais, que eram os oradores, magistrados e senadores, pois só estes podiam usar a toga.

A toga, como já dito anteriormente, representa o poder, elegância e sobriedade, e essa característica vem desde a Roma antiga, porque seu uso era exclusivo dos cidadãos romanos de classe alta. Com o passar dos séculos existiram vários tipos de togas para cada ocasião e função, mas sempre mantendo seu status.

Dentre os vários tipos de togas existentes, destacam-se; A toga pura ou ‘virillis’, usada pelos homens romanos que já atingiram a maior idade; Toga praetexta, usada pelos jovens romanos, ou seja, pelos homens que não atingiram a idade adulta; Toga picta ou púrpura, utilizada pelos imperadores; Toga cândida, usada pelos candidatos aos cargos públicos; Toga trabea, utilizada durante rituais pelos adivinhos, os sacerdotes augures; Toga sórdida ou pulla, utilizada no tribunal pelos pobres e réus e a Toga negra simbolizava o luto, mas na tradição romana também era usada pelos magistrados e em cerimônias solenes².

A toga, pela sua tradição e seu prestígio, é mais do que um distintivo, é um símbolo. Alerta, no juiz, a lembrança de seu sacerdotício. E incute no povo, pela solenidade, respeito maior aos atos judiciários³.

Toga é a túnica preta, que os magistrados, advogados e membros do Ministério Público vestem durante o exercício de suas funções⁴, devido costumes do século passado os juízes utilizam uma faixa branca e os promotores uma faixa vermelha.

Durante o Século XV, os juízes e advogados europeus usavam cores vivas, como vermelho ou bicolores como usada na Inglaterra, em que era azul de um lado e verde do outro.

² Das Graças Maximiano Pereira, Imaculada. A toga e suas significações: dos primórdios à contemporaneidade. Juiz de Fora, 2010. P. 8 e 9.

³ Guimarães, Mário. ‘O Juiz e a Função Jurisdicional’, Forense, Rio de Janeiro, 1958, pag. 195.

⁴ Dic. de Tecnologia Jurídica- Pedro Nunes- 12ª Edição-1990

Apesar de alguns Estados usarem cores vivas outros utilizavam a cor preta como em Portugal, Lombardia e Gênova. No século XVI, devido influência da toga negra, os magistrados, promotores e advogados passaram a usar a cor negra, devida sua erudição e dignidade.

No Brasil através do Decreto Federal n. 1326, de 10 de fevereiro de 1854, foi regulamentado pela primeira vez o uso das vestes talares para os Juízes de direito, juízes municipais e de órfãos e promotores públicos, não havendo referencia de Desembargadores⁵. Em 1934 é regulamentado o uso do traje aos Desembargadores, através do Decreto nº 24.236 de 14 de maio de 1934, assinado pelo presidente Getulio Vargas, in verbis:

Art. 1º - Os desembargadores da Corte de Apelação do Distrito Federal, nas sessões do Tribunal Pleno e das respectivas Câmaras, usarão, nos termos do regimento, as vestes talares, que obedecerão aos modelos ora aprovados e que acompanham este decreto⁶.

Em nosso ordenamento jurídico faz muita referencia ao termo ‘juízes togados’ tendo uma implícita conotação de poder, ou seja, o juiz invertido de poder jurisdicional pelo Estado. A toga traz consigo uma responsabilidade de prezar pela justiça, e compromisso com as leis e o Estado que lhe insistiu tal poder.

2. O GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO

O Supremo Tribunal de Justiça, atualmente o Supremo Tribunal Federal, é um órgão cúpula judicial brasileiro mais antigo criado pela lei de 18-9-1828, e formado por dezessete Ministros⁷.

Na Capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de Supremo Tribunal de Justiça, composto de Juízes letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o título de Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daqueles que se houverem de abolir⁸.

⁵ <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=21631>

⁶ Brasil. Decreto n.24.236, de 14 de maio de 1934. Dispõe sobre as vestes talares dos desembargadores da corte de apelação do Distrito Federal.

⁷ Branco, Paulo Gustavo Gonet; Coelho, Inocêncio Mártires; Mendes, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 5. Ed. rev. Atual- São Paulo: Saraiva 2010, p.1075.

⁸ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico>.

O Supremo Tribunal não proferia decisões erga omnes, e tinha a competência limitada, restringindo-se ao “conhecimento de recursos e revista e julgamentos dos conflitos de jurisdição e das ações penais contra os ocupantes de determinados cargos públicos (art.164)”⁹.

Hodiernamente a função precípua do Supremo Tribunal Federal é o controle de constitucionalidade concentrado conforme os art. 102 a 103 da Constituição Federal de 1988, dando o caráter de Corte Constitucional. No entanto a Pretório Excelso nem sempre teve esta função, pois antes de 1891 não havia tal competência, podendo interpretar de forma facultativa e autêntica, o direito civil, comercial e penal. Há notícias de D. Pedro II em 1889 teria enviado em missão diplomática para os Estados Unidos, Salvador de Medonça¹⁰, para a 1ª Conferencia Internacional Americana¹¹ e para estudar a Suprema Corte norte- americana¹².

No mesmo ano da proclamação da Republica 1890, através dos Decretos nº 510, de 22 de junho de 1890 e nº848, de 11 de outubro de 1890, adotou-se a na Constituição provisória e depois referendando na primeira Constituição Republicana de 1891, a denominação “Supremo Tribunal Federal”¹³, inserindo na Constituição Republicana o controle de constitucionalidade das leis, artigos 55 a 59, assim assevera o Ministro Gilmar Ferreira Mendes:

A primeira Constituição Republicana, de 24-2-1891, introduziu nova concepção do Poder Judiciário. A influencia da doutrina constitucional americana contribuiu para que se outorgasse ao Supremo Tribunal Federal a função de Guardião da Constituição e da ordem federativa, reconhecendo-lhe a competência para aferir a constitucionalidade da aplicação do Direito através de um recurso especial (Constituição de 1891, art. 59, n. 3,§ 1º,c).¹⁴

A Constituição Federal 1988 que esta em vigor, define em seu artigo 102 caput, de forma explicita a competência de guardião da constituição ao Supremo Tribunal Federal, não

⁹ Branco, Paulo Gustavo Gonet; Coelho, Inocência Mártires; Mendes, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 5. Ed. rev. Atual- São Paulo: Saraiva 2010, p. 1075.

¹⁰ Salvador de Medonça (S. de Menezes Drummond Furtado de M.), jornalista, advogado, diplomata, romancista, ensaísta, poeta, teatrólogo e tradutor, nasceu em Itaboraí, RJ, em 21 de julho de 1841, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 5 de dezembro de 1913. Na sessão preparatória da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, foi um dos nomes escolhidos para completar o quadro dos fundadores. Criou a Cadeira nº. 20, que tem como patrono Joaquim Manuel de Macedo.(<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=183&sid=219>).

¹¹ <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=183&sid=219>

¹² Branco, Paulo Gustavo Gonet; Coelho, Inocência Mártires; Mendes, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 5. Ed. rev. Atual- São Paulo: Saraiva 2010, p. 1075.

¹³ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico>.

¹⁴ Branco, Paulo Gustavo Gonet; Coelho, Inocência Mártires; Mendes, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 5. Ed. rev. Atual- São Paulo: Saraiva 2010, p. 1076.

só a constituição, mas todo o regime democrático, com respeito ao equilíbrio entre Estado e a coletividade, primando pela proteção dos direitos e garantias fundamentais, do bom funcionamento dos poderes públicos e preservação da separação dos poderes¹⁵.

Para garantir a primazia constitucional o STF acaba por assumir em algumas vezes um papel contramajoritário, visado garantir direitos às minorias ou proteger uma possível afronta a Constituição. Desta forma suas decisões acabam por interferir nas decisões do legislativo se seu modelo majoritário, o que o faz levar o rotulo de ativista, dando inicio a um fenômeno jurídico antigo e complexo de difícil análise que vem sendo debatido nas grandes democracias, fenômeno intitulado por “Ativismo Judicial”.

3. O ATIVISMO JUDICIAL

O Supremo Tribunal Federal nos últimos anos vem sendo questionado pelos outros Poderes, principalmente pelo Poder legislativo sobre suas decisões que influenciam diretamente a interpretação e aplicação das leis, gerando um “conflito de legitimidade” entre os poderes.

Sabemos que o STF toma por vezes uma posição contra majoritária, que levanta polemica e diversos questionamentos, intitulando suas decisões de ativista, numa conotação negativa, pois tal atitude colocara em risco a Democracia, questionamentos devidos a sua ativa atuação, que o colocou no centro político do Estado Brasileiro.

Primeiramente devemos entender o que vem a ser o ativismo judicial, para que possamos aprofundar neste fenômeno. Primeiramente trago o conceito de Elival Ramos:

Por ativismo judicial deve-se entender o exercício da função jurisdicional para além dos limites impostos pelo próprio ordenamento que incumbe, institucionalmente, ao Poder Judiciário fazer atuar, resolvendo litígios de feições subjetivas (conflitos de interesse) e controvérsias jurídicas de natureza objetiva (conflitos normativos). Há, como visto, uma sinalização claramente negativa no tocante às práticas ativistas, por importarem na desnaturação da atividade típica do Poder Judiciário em detrimento dos demais Poderes.¹⁶

¹⁵ Moraes, Alexandre de. Direito Constitucional- 28. Ed.- São Paulo: atlas, 2012, p. 574.

¹⁶ Elival Ramos. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 129

Ativismo Judicial refere-se à atitude mais intensa, com mais vigor do judiciário, com objetivo de concretizar e firmar valores constitucionais, de forma a interferir no campo de atuação dos outros Poderes.¹⁷

É importante diferenciar o ativismo e a judicialização, pois ambos proporcionam um maior protagonismo do Poder judiciário, no entanto a judicialização é uma escolha do constituinte, devido ao modelo constitucional abrangente, como é o caso da Constituição de 1988, que busca proteger e garantir o maior número de direitos possível, ou seja, é uma transferência de poder das instâncias legislativa e executiva ao judiciário, dando-o o poder de dar a última palavra em questões de grande e pequena magnitude e relevância jurídica, política, econômica, moral etc. Já o ativismo não é uma escolha legislativa, não é um “fato” que ira acontecer devido ao modelo constitucional, o ativismo é uma “atitude”, um modo proativo de interpretar a constituição dando maior abrangência na atuação do judiciário, ocupando lacunas ou obscuridades dos outros Poderes. O Min. Luís Roberto Barroso destaca em seu artigo “Judicialização, Ativismo e Legitimidade Democrática”, posturas tidas como ativista, como:

(i) a aplicação direta da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto e independentemente de manifestação do legislador ordinário; (ii) a declaração de inconstitucionalidade de atos normativos emanados do legislador, com base em critérios menos rígidos que os de patente e ostensiva da Constituição; (iii) a imposição de condutas ou ide abstenções ao Poder Público, notadamente em matéria de políticas públicas¹⁸.

Estas características ou posturas ativistas apresentadas pelo Exmo Ministro Barroso, se veem nitidamente no cenário jurídico e político brasileiro. A primeira postura que busca levar os princípios constitucionais que não foram expressos pelo legislador originário e nem pelo legislador ordinário, um exemplo é a atitude do Supremo Tribunal Federal sobre a “Fidelidade Partidária”, Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 3999 e 4086, julgado em 2008¹⁹, que com base num princípio democrático o Supremo entendeu e extraiu uma regra, estabeleceu que o mandato pertence ao partido e não ao parlamentar, proibindo sobe pena de perda do mandato que o político não pode mudar de partido após eleito, sem nenhuma lei expressa. A segunda conduta ativista se dá pela declaração de inconstitucionalidade de leis, excluindo as hipóteses de patente afronta à constituição, como foi o caso das regras

¹⁷ BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. P. 6

¹⁸ Ibid., p. 6.

¹⁹ STF confirma constitucionalidade de Resolução do TSE sobre fidelidade partidária. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=98954>>.

de “verticalização partidárias” e da cláusula de barreira, que exigia requisitos eleitorais mínimos para que um partido tivesse representação no Congresso, em que o Supremo em ambos os casos declarou a inconstitucionalidade. E a terceira e última atitude ativista se dá pela imposição do judiciário, de determinadas condutas, sobre tudo ao Poder Executivo no âmbito de políticas públicas, interferindo ou determinando o modo de realizá-la, é o que vem ocorrendo sobre a distribuição de medicamentos por meio de decisões judiciais.

O ativismo não é um fenômeno recente e nem exclusivo do cenário brasileiro, o termo ativismo judicial está associada a um período da História constitucional americana e sua primeira utilização foi feita pelo historiador americano e Arthur Schlesinger Jr, através de um artigo intitulado “The Supreme Court: 1947”, publicado na Revista Fortune, vol. XXXV nº 1, no mês de Janeiro de 1947²⁰, em que podemos observar seu acontecimento na atuação da Suprema Corte Americana nas decisões dos casos Marbury v. Madison, Dred Scott v. Sandford e Lochner v. New York. Estes exemplos verídicos citados foram casos de grande repercussão, tanto na história da humanidade, quanto na história jurídica, de modo a levantar questionamentos sobre o limite de atuação do Poder Judiciário, criando uma dicotomia na Suprema Corte, tendo os juizes que adotavam a postura ativista e os juizes que adotavam a autorrestricção judicial, grupos que fomentavam e continuam fomentando o debate sobre o limite na atuação do judiciário, sobre os possíveis riscos e benefícios que a atitude proativa do judiciário poderá acarretar, discussão que hoje vem sendo o principal assunto no cenário político, jurídico e acadêmico no Brasil. Devido à importância da Suprema Corte americana na criação, procurei dar breves considerações sobre a sua atuação no cenário jurídico mundial, mas o ativismo judicial tem repercussão em várias partes do mundo.

De forma antagônica ao ativismo temos a auto-contenção ou autorrestricção judicial, que se caracteriza pela redução da interferência do judiciário nas ações dos outros Poderes, adotando medidas de abstenção, ou seja, os tribunais evitam aplicar diretamente a Constituição em situações que estejam fora de seu âmbito. Nas declarações de inconstitucionalidade de leis e atos normativos, utilizando critérios rígidos e conservadores. E procuram evitar interferir nas definições de políticas públicas²¹. A autorrestricção teve um grande defensor na Suprema Corte Americana Felix Frankfurter, que defendia que o Poder

²⁰ Alexandre de Azevedo Campos, Carlos. A evolução do ativismo judicial na Suprema Corte norte-americana. RIDB, Ano 2(2013), nº6, p. 4699.

²¹ BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. p. 7.

Judiciário não deveria interferir no campo político, devendo agir com “deferência à vontade do legislador”²².

A função judicial, segundo Frankfurter, estaria sujeita a restrições próprias de uma sociedade democrática: interpretar leis além dos “significados das palavras utilizadas pelo legislador” corresponderia a “usurpar um poder que nossa democracia depositou em seus legisladores eleitos”. Por isso, “um juiz não deve reescrever uma lei, nem alargar ou contraí-la”, mas deve exercer suas funções com restrição e cautela, especialmente a judicial review.²³

Não obstante as considerações dadas anteriormente deve-se salientar a ambiguidade do ativismo judicial, ou seja, o ativismo judicial tem duas facetas, uma positiva e outra negativa. Primeiramente a faceta positiva do ativismo judicial, é que por seu intermédio o Poder judiciário brasileiro tem atendido demandas sociais relevantes, que não foram atendidas a hora e a tempo pelo Poder legislativo, pelo Congresso Nacional, que acaba o Poder Judiciário atendendo tais demandas através de uma interpretação própria para suprir a falta de legislação ou concretização do direito. No entanto há a faceta negativa, pois devido à atuação ativa do judiciário, este acaba por revelar uma crise de legitimidade, de representatividade e de funcionalidade do Poder Legislativo, o que preocupa a democracia como salienta o Ministro Barroso; ‘Não há democracia sólida sem atividade política intensa e saudável, nem tampouco sem Congresso atuante e investido de credibilidade’²⁴.

CONCLUSÃO

A atuação do Supremo Tribunal Federal no atual contexto da democracia brasileira mostra uma postura ativista, devido o modo proativo e expansivo que aumenta o sentido e o alcance da interpretação a Constituição Federal de 1988, indo além do legislador ordinário, para dar os direitos garantidos na Carta da República.

A postura ativista apesar de ter duas facetas, não pode ser empregada de modo negativo, em relação ao STF, pois sua atuação, ao contrário das críticas ideológicas de

²² SCHLESINGER Jr., Arthur M. The Supreme Court: 1947. Fortune Vol. 35 (1), 1947, pp. 75/77.

²³ Alexandre de Azevedo Campos, Carlos. A evolução do ativismo judicial na Suprema corte norte-americana. RIDB, Ano 2(2013), nº6, p.4703.

²⁴ BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. p.10.

invasão de competência, de ilegitimidade, por não serem eleitos pelo povo e outras críticas, vem sendo positiva para a garantia de direitos.

Todas as críticas apresentadas são válidas e necessárias e não desvalorizam a atuação do Supremo, mas abre portas para uma melhor discussão e análise desse fenômeno jurídico, nos dando a possibilidade de antever possíveis riscos à democracia, como a politização da justiça e a crise de legitimidade. Atualmente vemos um desses riscos se concretizando, a cada dia vemos a crise de legitimidade se aproximando e se tornando um fato, fazendo com que o povo brasileiro bata as portas do judiciário para pedir o direito que lhes foi garantido na Constituição. A aproximação dessa crise não advém da atitude do Poder Judiciário, e sim de um legislativo omissivo, que não procura atender as demandas mais importantes para o avanço democrático e quando atende é de forma tardia, muitas das vezes já tendo passado pela análise do Judiciário, assim gerando a judicialização exacerbada, mostrando que o Brasil necessita de forma urgente de uma reforma política.

Esta pitada de ativismo judicial no cenário democrático vem sendo positiva, demonstrando a real função do Supremo Tribunal Federal como Guardião da Constituição e do Estado Democrático de Direitos, vestido esta toga que a Constituição lhes deu, de fazer valer a nossa Carta Magna, em nome dos valores e dos procedimentos democráticos e acima de tudo dando a segurança e prevalência dos direitos fundamentais.

Então enquanto o judiciário manter tal postura para atender os direitos fundamentais, os valores constitucionais e os procedimentos democráticos, as eventuais atuações contramajoritárias serão nessas hipóteses a favor a democracia e não contra, pois até aqui o ativismo tem sido a solução, um remédio a democracia brasileira, nos dizeres do Ministro Barroso um ‘antibiótico poderoso’²⁵, que não deve ser usado de forma descontrolada e habitual, devendo ser eventual e controlada, para não distorcer a real função do Poder Judiciário e leva-la a uma ‘overdose’. Dessa forma o judiciário deve sempre respeitando as fronteiras procedimentais e substantivas do Direito²⁶, mantendo a coesão, a racionalidade, a correção e a justiça, em suas decisões, até que a tão sonhada e necessária reforma política chegue para sanar o real problema da democracia brasileira, que é a crise de representatividade, legitimidade e funcionalidade que assola o Poder Legislativo.

²⁵ BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática, 2008, p. 19.

²⁶ Ibid., p. 19.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS, Carlos. A evolução do ativismo judicial na Suprema corte norte-americana. RIDB, Ano 2(2013), nº6, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática, 2008.

BRASIL. Decreto n.24.236, de 14 de maio de 1934. Dispõe sobre as vestes talares dos desembargadores da corte de apelação do Distrito Federal.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 5º. Ed. rev. Atual- São Paulo: Ed. Saraiva 2010.

DAS GRAÇAS MAXIMIANO PEREIRA, Imaculada. A toga e suas significações: dos primórdios à contemporaneidade. Juiz de Fora, 2010.

GUIMARÃES, Mário. ‘‘O Juiz e a Função Jurisdicional’’; Forense, Rio de Janeiro, 1958.

Legislação. Dispõe sobre as vestes talares dos desembargadores da Côrte de Apelação do Distrito Federal Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=21631>>. Acesso em Julho de 2014.

Histórico STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico>>. Acesso em Julho de 2014

MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional- 28. Ed. atlas, São Paulo, 2012.

NUNES, Pedro. Dicionário de Tecnologia Jurídica. 12ª Edição, s.n., 1990.

RAMOS, Elival. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. Ed. Saraiva, São Paulo, 2010.

SCHLESINGER Jr., Arthur M. The Supreme Court: 1947. Ed. Fortune Vol. 35 (1), 1947.

STF confirma constitucionalidade de Resolução do TSE sobre fidelidade partidária Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=98954>>. Acesso em julho de 2014.